

**Citycar Aluguel de Veículos S.A. - CNPJ: 68.765.049/0001-79 - NIRE: 43300063364** - Rua 28 de setembro, nº 1119 - sala 2 - Bairro Goiás - CEP 96.810-234 - Santa Cruz do Sul-RS - **Relatório da Administração:** Senhores Acionistas, Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Citycar Aluguel de Veículos S.A., submete à apreciação de V. Sa., o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, elaboradas de acordo com o padrão contábil brasileiro, referentes ao exercício social de 2023, acompanhadas das Notas Explicativas e o Relatório do Auditor Independente. Santa Cruz do Sul RS, 28 de março de 2024. Atenciosamente

### Demonstrações Financeiras do Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2023

Ativo	Balança Patrimonial		Em Milhares de Reais		Passivo e Patrimônio Líquido		Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Em Milhares de Reais						
	31 de Dezembro de 2023	31 de Dezembro de 2022	31 de Dezembro de 2023	31 de Dezembro de 2022	31 de Dezembro de 2023	31 de Dezembro de 2022	Eventos	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Reservas de Lucros	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Totais	
Circulante	136.631	169.705	136.631	169.705	136.631	169.705	Saldos iniciais em 01 de janeiro de 2022	10.000	5.500	389	7.589	0	23.478
Caixa e Equivalentes de Caixas	5	41.798	5	41.798	5	41.798	Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	9.497	9.497
Contas a Receber de Clientes	6	13.236	6	13.236	6	13.236	Destinações propostas no exercício:	-	-	-	-	-	-
Tributos a Recuperar	7	2.806	7	2.806	7	2.806	- Lucros distribuídos	-	-	-	-	(6.759)	(6.759)
Adiantamentos a Funcionários e Fonecedores		2.019		3.001		3.001	- Constituição/(Reversão) de reservas	-	-	-	2.738	(2.738)	-
Carros em Desativação para Renovação da Frota	8	74.628	8	89.981	8	89.981	Saldos finais em 31 de dezembro de 2022	10.000	5.500	389	10.327	0	26.216
Outros Direitos Realizáveis		2.144		2.348		2.348	Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	7.829	7.829
Não Circulante	128.654	195.699	128.654	195.699	128.654	195.699	Destinações propostas no exercício:	-	-	-	-	-	-
Outros Direitos Realizáveis		317		317		317	- Lucros distribuídos	-	-	-	-	(1.315)	(1.315)
Partes relacionadas		317		317		317	- Constituição reserva legal de 2022	-	-	-	475	(475)	-
Investimentos	9	278	9	66	9	66	- Constituição/(Reversão) de reservas	-	-	-	391	5.648	(6.039)
Imobilizado	10	128.376	10	195.316	10	195.316	Saldos finais em 31 de dezembro de 2023	10.000	5.500	1.255	15.975	0	32.730
Total do Ativo	265.285	365.404	265.285	365.404	265.285	365.404							

#### Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras do Exercício Findo em 31 de dezembro de 2023 - (Valores em Milhares de Reais)

**Nota 1. Informações Gerais:** A Companhia tem por objeto social as atividades de locação de veículos automotores e equipamentos e outros meios de transporte, sem condutor. A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão e divulgação destas demonstrações financeiras em 28 de março de 2024, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que possam ter efeito sobre estas demonstrações financeiras.

**Nota 2. Resumo das Principais Políticas Contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo: 2.1 Base de Preparação - As demonstrações financeiras individuais estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente no exercício anterior apresentado, salvo disposição em contrário. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa "3".

**2.2 Caixa e Equivalentes de Caixa -** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até noventa dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. 2.3 Instrumentos Financeiros - 2.3.1 Classificação - A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros. Os ativos financeiros mantidos pela Companhia são classificados sob as seguintes categorias: - **Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado** - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. No caso da Companhia, nessa categoria estão incluídos unicamente os instrumentos financeiros não derivativos. Os saldos referentes aos ganhos ou às perdas decorrentes das operações não liquidadas são classificados no ativo ou no passivo circulante, sendo as variações no valor justo registradas, respectivamente, na conta "Encargos Financeiros Líquidos". Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui Caixas e Equivalentes de Caixa nessa classificação. - **Ativos Financeiros Disponíveis para Venda** - Quando aplicável, são incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos, que sejam designados como disponíveis para venda ou não sejam classificados como (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possuía ativos financeiros registrados nas demonstrações financeiras sob essa classificação. - **Passivos Financeiros** - A Companhia mantém derivativos para fins especulativos, contudo não possui passivos detidos para negociação, nem designou quaisquer passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. 2.3.2 Reconhecimento e Mensuração - As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros são, subsequentemente, contabilizados pelo custo histórico. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor de ativos financeiros são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado com Instrumentos Financeiros" no período em que ocorrem. 2.3.3 Compensação de Instrumentos Financeiros - Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. 2.4 Carros em Desativação para Renovação da Frota - São classificados como "carros em desativação para renovação da frota" os carros cujos valores contábeis serão recuperados por meio da venda, em vez do uso contínuo. Essa condição é considerada atendida quando: (i) os carros estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais, sendo sua venda altamente provável; (ii) a Administração está comprometida com a venda dos carros desativados do imobilizado; (iii) os carros são efetivamente colocados à venda por preço razoável em relação ao seu valor justo corrente; e (iv) espera-se que a venda se qualifique como concluída em até um ano a partir da data da classificação. Os carros em desativação para renovação da frota são apresentados pelo menor valor entre o valor justo deduzido das despesas estimadas de venda e o seu valor contábil líquido, que contempla o custo de aquisição líquido da depreciação acumulada até a data em que são classificados como "carros em desativação para renovação da frota". Para fins de classificação como "carros em desativação para renovação da frota" para os veículos com contrato firmado a pessoas jurídicas, todos os carros devolvidos pelos clientes são classificados como "carros em desativação para renovação da frota", uma vez que a Administração não possui expectativa de atug-los novamente. 2.5 Investimentos - Os investimentos estão avaliados pelo custo de aquisição. 2.6 Imobilizado - O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluxos financeiros econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia, originados de operações de arrendamento mercantil do tipo financeiro, são registrados como se fosse uma contra-finançada, reconhecendo no início de cada operação um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, sendo os ativos também submetidos às depreciações calculadas de acordo com as vidas úteis estimadas dos respectivos bens. A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear. Os ganhos e as perdas de alienações são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos em "Outros Ganhos/(Perdas) Líquidos" na demonstração do resultado. 2.7 Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido - Impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. A despesa de imposto de renda e contribuição social - correntes é calculada com base nas Leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros, às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, para imposto de renda e contribuição social. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Sociedade nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de Renda e Contribuição Social Diferido são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e contribuição social diferido são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado. O imposto de renda e contribuição social diferido ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida. 2.8 Apuração do Resultado e Reconhecimento da Receita - O resultado é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, sendo a receita de venda reconhecida no resultado do exercício quando os riscos e benefícios inerentes aos produtos são transferidos para os clientes. A receita compreende o valor da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de bens e serviços no curso normal das atividades da Companhia, 2.9 Regime de Tributação - A Companhia é tributada com base no Lucro Real. 2.10 Empréstimos e Financiamentos - Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação e) o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **Nota 3. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. 3.1 Estimativas e Premissas Contábeis Críticas - Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social. Tais estimativas e premissas podem diferir dos resultados efetivos. Os efeitos decorrentes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no período da revisão. As premissas e estimativas significativas para demonstrações financeiras estão relacionadas a seguir: **Reconhecimento de Receita** - A receita compreende o valor da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de bens e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos e abatimentos. **Imposto de Renda, Contribuição Social e Outros Impostos** - A Companhia reconhece ativos e passivos com base na diferença entre o valor contábil apresentado nas demonstrações financeiras e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor. **Nota 4. Gestão de Risco Financeiro:** 4.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS E POLÍTICAS: A Companhia contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, com o objetivo de reduzir sua exposição a riscos de moeda e de taxa de juros, bem como de manter sua capacidade de investimentos e estratégia de crescimento. São contratadas aplicações financeiras. A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, os quais estabelecem limites e alocação de recursos em instituições financeiras. Os procedimentos de tesouraria definidos pela política vigente incluem rotinas mensais de projeção e avaliação da Companhia, sobre as quais se baseiam as decisões tomadas pela Administração. A Política de Aplicações Financeiras estabelecida pela Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores absolutos a serem aplicados em cada uma delas. 4.2 FATORES DE RISCOS FINANCEIROS: As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A gestão de risco é realizada pela administração da Companhia. A administração identifica, avalia e protege a mesma contra eventuais riscos financeiros. A Administração estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa. Não houve nenhuma alteração substancial na exposição aos riscos de instrumentos financeiros da Companhia, seus objetivos, políticas e processos para a gestão desses riscos ou os métodos utilizados para mensurá-los a partir de períodos anteriores, a menos que especificado o contrário nesta nota. **RISCO DE MERCADO - RISCO CAMBIAL:** A Companhia não apresenta ativos e passivos denominados em moeda estrangeira, tão logo não está exposta ao risco cambial. **RISCO DE CRÉDITO:** O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de créditos a clientes, incluindo contas a receber em aberto. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela diretoria executiva. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes. **RISCO DE LIQUIDEZ:** A previsão de fluxo de caixa é realizada nas unidades operacionais da Companhia e agregada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito comprometidas disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito. O excesso de caixa mantido pelas unidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é transferido. A administração investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

#### Demonstração do Resultado - Em Milhares de Reais

	01/jan./23	01/jan./22
Nota	31/dez./23	31/dez./22
Receita Operacional Líquida	19	96.775
Custos dos Serviços		74.889
Lucro Bruto		(7.843)
Despesas/Receitas Operacionais		(37.011)
Despesas Gerais e Administrativas		(17.971)
Despesas com Pessoal		(6.907)
Outros Ganhos/(Perdas) Líquidos		41.867
Result. Antes das Rec. e Desp. Financeiras		48.957
Receitas Financeiras	20	4.921
Despesas Financeiras	20	(42.869)
Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social Sobre o Lucro		11.009
IR e CS Correntes		(3.180)
Lucro Líquido/(Prejuízo) do Exercício		7.829

#### Demonstração do Resultado Abrangente - Em Milhares de Reais

	01/jan./23	01/jan./22
Nota	31/dez./23	31/dez./22
Lucro Líquido/(Prejuízo) do Exercício		7.829
Movimentação do Exercício		9.497
Resultado Abrangente do Exercício		7.829

#### Demonstração dos Fluxos de Caixa - (Método Indireto) - Em Milhares de Reais

	01/jan./23	01/jan./22
Nota	31/dez./23	31/dez./22
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		11.009
Resultado Antes do IR e da CS		11.009
Ajustes por:		
Alienação do Imobilizado		48.430
Férias e Encargos a Pagar		(11)
Depreciação		57.868
Lucro Ajustado		125.054
IR e CS Pagos		(3.180)
(Aumento)/Redução dos Ativos		
Contas a Receber de Clientes		(2.004)
Tributos a Recuperar		1.072
Adiantamentos a Funcionários e Fonecedores		984
Outros Direitos Realizáveis		202
Aumento/(Redução) dos Passivos		
Fonecedores		(20.317)
Obrigações Fiscais e Tributárias		28
Obrigações Sociais e Trabalhistas		(29)
Outras Obrigações		(124)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais		101.686
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos		
Aplicação no Imobilizado		(31.762)
Partes Relacionadas		317
Aplicação em Investimentos		(212)
Caixa Líquido Usado nas Atividades de Investimentos		(31.657)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamentos		
Instituições Financeiras		(86.826)
Adiantamentos de Clientes		891
Consórcios a Pagar		(246)
Distribuição de Lucros		(6.759)
Caixa Líquido Usado nas Atividades de Financiamentos		(87.496)
Aumento Líquido/(Diminuição) de Caixa e Equivalentes de Caixa		(17.467)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício		59.265
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício		41.798

#### Reservas de Capital - Ação na Subscrição de Ações: Resultante da emissão das novas ações emitidas e adquiridas pela Sponchiado Participações S.A. Reservas de Lucros: O saldo da conta de Lucros Acumulados será destinado à Reservas de Lucros a Disposição dos Quotistas, conforme disposto no artigo nº 202, da Lei nº 6.404/76. Reservas de Lucros - Reserva Legal: Calculada nos termos do artigo nº 193, da Lei nº 6.404/76, à razão de 5% (cinco por cento) do Lucro Líquido do Exercício, limitado a 30% do Capital Social da Companhia.

#### Nota 11. Fornecedores: A companhia possui títulos de fornecedores registrados no passivo circulante, (com prazo de vencimento em até 12 meses). Em 31 de dezembro de 2023 representa R\$ 1.545 (R\$ 21.862, em 31 de dezembro de 2022).

#### Nota 12. Instituições Financeiras

	31 de Dezembro de 2023	31 de Dezembro de 2022
	Circulante	Circulante
Alfa	17.286	22.447
Banco Bradesco	22.409	27.042
Banco Itaú	22.594	8.901
Banco Santander	3.347	3.051
Banco Sicredi	10.302	7.185
Banco do Brasil	4.232	(662)
Banco RCI	48.337	30.568
Banco GM	128.507	98.532
	142.300	171.565

#### Nota 13. Consórcios a Pagar

	31 de Dezembro de 2023	31 de Dezembro de 2022
	Circulante	Circulante
Consórcio Nacional Ford	246	246

#### Nota 14. Obrigações Fiscais e Tributárias

	31 de Dezembro de 2023	31 de Dezembro de 2022
IRPJ a Recolher	165	38
CSLL a Recolher	70	100
COFINS a Recolher	2	55
ISS a Recolher	2	1
PIS a Recolher	6	12
IRRF a Recolher	6	5
CSRF a Recolher	6	10
	249	221

#### Nota 15. Obrigações Sociais e Trabalhistas

	31 de Dezembro de 2023	31 de Dezembro de 2022
Salários a Pagar	458	447
FGTS a Pagar	35	36
INSS a Pagar	130	139
IRRF a Pagar	51	81
	674	703

#### Nota 16. Férias e Encargos a Pagar

	31 de Dezembro de 2023	31 de Dezembro de 2022
Férias a Pagar	348	358
FGTS sobre Férias a Pagar	28	29
INSS sobre Férias a Pagar	95	96
	471	483

#### Nota 17. Adiantamentos de Clientes Referem-se aos adiantamentos de clientes no curso normal de suas operações, representando R\$ 2.551, em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 1.660, em 31 de dezembro de 2022). Nota 18. Patrimônio Líquido: Capital Social: O capital social está totalmente subscrito e integralizado, compostos 10.000.000 (dez milhões) de ações ordinárias e nominativas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, pertencentes a sócios domiciliados no país.

#### Capital Social

	31 de Dezembro de 2023	31 de Dezembro de 2022
Capital Social	10.000	10.000

### Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

**Aos Diretores e Acionistas da Citycar Aluguel de Veículos S.A. Santa Cruz do Sul - RS**

**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Citycar Aluguel de Veículos S.A., ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Citycar Aluguel de Veículos S.A., em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Bom para Opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as Demonstrações Financeiras e o Relatório do Auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. **Responsabilidade da Administração pelas Demonstrações Financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidade do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burl